



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Informação nº: 25/2016 – SEAUD/DIAUD3

Brasília, 04 de outubro de 2016

PROCESSO nº: 3.759/2015-e  
JURISDICIONADOS: Companhia de Saneamento Ambiental do DF – CAESB e Agência Reguladora de Águas Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA  
ASSUNTO: Auditoria Operacional.  
EMENTA: Auditoria Operacional. Verificação do cumprimento da Decisão nº 2.514/2016. Parcialmente cumprida. Reiteração. Monitoramento do cumprimento do Plano de Ação.

Senhor Diretor,

Trataram os autos, preliminarmente, de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações empreendidas para incentivar o uso racional, minimizar o desperdício e garantir o abastecimento futuro de água no Distrito Federal.

2. Ressalta-se que a presente auditoria foi executada no ano de 2015, sendo o trabalho exposto no Relatório Prévio de Auditoria (e-doc [3B4653F5-e](#)). Após a manifestação dos gestores e posterior apreciação do Relatório Final (e-doc [E30F5C97-e](#)) pela Eg. Corte, prolatou-se a **Decisão nº 2.514/16**, apresentando recomendação à Adasa e determinações à Caesb e à Adasa para que saneassem os problemas verificados durante os trabalhos de fiscalização e encaminhassem planos de ação para implementação das medidas a serem adotadas ([D7058FBC-e](#)).

3. O teor das determinações e da recomendação encontra-se nas tabelas a seguir

Tabela 1 – Deliberações constantes da Decisão nº 2.514/2016 (CAESB)

Item da Decisão	Deliberações
II-a.1	de forma individualizada, quando do planejamento das campanhas de conscientização da população do Distrito Federal, delimitem o público alvo a ser atingido, formulando campanhas setorializadas, definindo as metas e os objetivos a serem alcançados, de modo a mensurar o efeito das ações realizadas (Achado 1);

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Item da Decisão	Deliberações
II-a.2	de forma conjunta, realizem estudo de viabilidade com a finalidade de propor alterações na Lei n.º 4.383/2009, de forma a estipular a responsabilidade da concessionária pelas medições individuais em todas as unidades residenciais, ressaltando os casos previstos na Lei n.º 3.557/2005, quando seja comprovadamente inviável, técnica e economicamente, a instalação de hidrômetros individualizados, ou propor medidas que visem estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água (Achado 2);
II-b.1	atualize o Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal, de modo a permitir diagnóstico sobre a situação de produção e consumo de água no âmbito do Distrito Federal, e apresentar de forma consolidada o conjunto de intervenções, melhorias e ampliações que deverão nortear as ações a serem implementadas no sistema, objetivando o atendimento adequado da população para as próximas décadas (Achado 5);
II-b.2	elabore cronograma atualizado das obras de implantação dos novos sistemas produtores (Achado 5);
II-b.3	elabore e remeta a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas constantes das subalíneas a.1, a.2 e b.1 retro, contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução, nos moldes constantes do Anexo I do Relatório Final de Auditoria Operacional n.º 1.0011.15;

Tabela 2 – Deliberações constantes da Decisão nº 2.514/2016 (ADASA)

Item da Decisão	Deliberações
II-a.1	de forma individualizada, quando do planejamento das campanhas de conscientização da população do Distrito Federal, delimitem o público alvo a ser atingido, formulando campanhas setorializadas, definindo as metas e os objetivos a serem alcançados, de modo a mensurar o efeito das ações realizadas (Achado 1);
II-a.2	de forma conjunta, realizem estudo de viabilidade com a finalidade de propor alterações na Lei n.º 4.383/2009, de forma a estipular a responsabilidade da concessionária pelas medições individuais em todas as unidades residenciais, ressaltando os casos previstos na Lei n.º 3.557/2005, quando seja comprovadamente inviável, técnica e economicamente, a instalação de hidrômetros individualizados, ou propor medidas que visem estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água (Achado 2);
II-c.1	realize estudo de viabilidade com a finalidade de propor a redução dos prazos máximos de atendimento aos serviços realizados pela Caesb, especificamente aos que resultem em vazamento de água, levando em consideração o disposto na Lei n.º 5.618/2016, estipulando, inclusive, o tempo de espera pelo usuário desde a abertura do chamado até o início da execução (Achado 4);
II-c.2	acompanhe a revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal a ser conduzida pela Caesb (Achado 5);



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

II-c.3	elabore e remeta a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas constantes das subalíneas a.1, a.2 e c.1 retro contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução, nos moldes constantes do Anexo II do Relatório Final de Auditoria Operacional n.º 1.0011.15;
III.	recomende à ADASA que verifique a viabilidade de fixar nas revisões periódicas vindouras do Contrato de Concessão n.º 001/2006-ADASA que os valores de índices máximos de perdas de água no sistema produtor e distribuidor de água do Distrito Federal sejam definidos em percentuais segregados para os diferentes tipos de perdas, quais sejam, reais ou físicas e aparentes ou não físicas (Achado 3);

4. A seguir, após breve contextualização sobre a motivação das deliberações, examinam-se as manifestações dos jurisdicionados<sup>1</sup>, em resposta à Decisão em tela.

**I – Manifestação dos Jurisdicionados em atendimento à Decisão nº 2.514/2016**

**Item II.a.1 (Caesb e Adasa)**

*“de forma individualizada, quando do planejamento das campanhas de conscientização da população do Distrito Federal, delimitem o público alvo a ser atingido, formulando campanhas setorizadas, definindo as metas e os objetivos a serem alcançados, de modo a mensurar o efeito das ações realizadas”*

**Contextualização**

5. O trabalho de auditoria buscou identificar a existência de campanhas sistematizadas e periódicas que buscassem promover o uso racional dos recursos hídricos. O Achado de Auditoria identificou que, por falha de planejamento e ausência de direcionamento, bem como falta de definição de metas e acompanhamento dos resultados, as campanhas realizadas não atendiam o objetivo e/ou a população que se desejava atingir.

6. A existência de campanhas de esclarecimento torna-se fundamental à educação da população para o consumo consciente. Nesse sentido, apontou-se que, sem prejuízo de programas de conscientização geral, as campanhas deveriam ser planejadas e executadas de forma setorizada, a fim de direcionar o foco e atingir o objetivo esperado.

7. Observou-se, ainda, a ausência de um planejamento mais estruturado, com definições de metas e objetivos traçados, de forma a mensurar o efeito das campanhas realizadas. Embora a ADASA realizasse diversas campanhas, não eram elaborados *“indicadores/relatórios que apontassem a redução no consumo decorrente de campanhas de conscientização”*.

---

<sup>1</sup> Ofício nº 333/2016-PRE/ADASA (e-DOC 52BC9327 – Peça 119) e Carta nº 23.841/2016-PR (e-DOC D43DA492 – Peça 124)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

**Manifestação da Caesb (e-doc D43DA492-c, fls. 6 a 10)**

8. Em atendimento ao determinado, a Caesb esclareceu que foram elaborados 3 programas com objetivos de conscientizar a população acerca do uso racional dos recursos hídricos, quais sejam:

I) Programa Consciência 10 - tem como objetivos:

- divulgar conteúdos educativos sobre consciência ambiental, uso consciente e dicas de economia de água;
- divulgar a utilização do aplicativo 'Caesb Mobile'<sup>2</sup> como forma de participação da comunidade na identificação de vazamentos de águas nas tubulações em vias públicas;
- comunicar sobre a situação hídrica do DF, suas singularidades e a necessidade do uso consciente da água;
- divulgar as ferramentas de comunicação e denúncia para atendimento à comunidade (Central de Atendimento 115 e Ouvidoria);
- desenvolver o material educativo das campanhas do referido programa.

9. Os principais canais de divulgação do programa serão rádio, televisão, revistas e jornais. Campanhas direcionadas para as Regiões Administrativas de São Sebastião e Fercal serão desenvolvidas, devido às dificuldades de gerenciamento dos recursos hídricos por conta de interligações irregulares e ocupação irregular do solo.

10. Neste sentido haverá campanhas específicas nos jornais comunitários e distribuição de propaganda da Companhia quando da realização de eventos e serão colocadas mensagens nas contas de água informando acerca do uso consciente. A previsão de realização é de agosto a outubro/2016.

11. Com o objetivo de monitorar e mensurar a eficácia da campanha, foram definidos 3 indicadores: (1) volume consumido, (2) quantidade de voluntários que demonstraram interesse no material distribuído e responderam o questionário sobre o consumo consciente e (3) número de acessos ao site da Caesb e instalações ativas do aplicativo Caesb Mobile.

II) Programa Caesb na Escola<sup>3</sup> - Os objetivos são os mesmos do 'Programa Consciência 10', só que o público-alvo se restringe aos alunos do ensino médio da Rede Pública.

12. Foram criados 2 indicadores para avaliar a eficácia das propostas: (1) quantidade de escolas que receberam o material/quantidade de escolas<sup>4</sup> e (2)

<sup>2</sup> Disponível para iPhone, iPad ou aplicativos que utilizem o sistema operacional Android.

<sup>3</sup> e-DOC ADC2599D, fls. 11 e 12.

<sup>4</sup> Meta: Distribuir material educativo para 90 % de escolas;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

aproveitamento dos alunos<sup>5</sup>. As ações deverão ser executadas ao longo do 2º semestre/2016.

- III) Programa Professor do Lago<sup>6</sup> - visa envolver os professores do 6º ao 9º ano da Rede Pública, com questões relacionadas à bacia do Paranoá e ao projeto de captação no lago. O programa busca:
- motivar os professores a trabalharem a temática 'Água e Meio Ambiente' em suas aulas, oferecendo a estrutura da Companhia e informações que possibilitem o desenvolvimento de planos de aulas para os diferentes anos;
  - atender a demanda da comunidade escolar sobre informações de sua bacia e da gestão de suas águas, bem como informações sobre a nova captação;
  - atender à necessidade de formar cidadãos ecologicamente responsáveis e que possam atuar como agentes fiscalizadores na bacia;
  - atender à necessidade de fortalecimento de canais de comunicação escola-Caesb;
  - incentivar o desenvolvimento de projetos e trabalhos escolares com a temática água;
  - envolver a família do aluno na temática água.

13. O projeto será desenvolvido em visitas técnicas e palestras, sendo o curso ministrado para turmas de 25 professores, com seis encontros de 4 horas. O período de realização será de agosto de 2016 ao início do ano letivo de 2017.

14. A Companhia informou que serão monitorados os seguintes indicadores e metas: (1) número de professores que concluíram a parte presencial, com o objetivo de formar 90 professores em 3 anos; (2) número de projetos desenvolvidos nas escolas e (3) número de turmas encaminhadas às unidades operacionais da Caesb.

### **Manifestação da Agência Reguladora – ADASA (e-doc 52BC9327-c, fls. 3/4)**

15. Acerca das campanhas de conscientização da população do Distrito Federal, a ADASA apresentou o plano de ação<sup>7</sup> solicitado por este Tribunal cuja síntese expõe-se na tabela a seguir:

---

<sup>5</sup> Meta: Atingir 70 % de aproveitamento dos alunos nos questionários aplicados.

<sup>6</sup> e-DOC D43DA492-c, fls. 13 a 18.

<sup>7</sup> Ofício nº 333/2016-PRE/ADASA (E-DOC52BC9327-c).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

Ações	Data prevista para implantação <sup>8</sup>	Unidade/Setor Responsável
Realização de campanha – Uso Racional da Água. Público alvo: toda população.	Segunda quinzena de Junho	ACI <sup>9</sup> /ADASA
Realização de campanha institucional para os níveis do volume de água dos reservatórios do DF para o caso de escassez hídrica. Público alvo: toda a população. Obs: a qualquer tempo, caso os níveis de água dos reservatórios apresentem-se abaixo do limite, será analisada a necessidade de se produzir nova campanha publicitária.	Primeira quinzena de Setembro	ACI/ADASA
Realização de campanha sobre drenagem de águas pluviais, a ser veiculada na época de chuva. Público Alvo: toda população.	Segunda quinzena de Outubro	CAC <sup>10</sup> /CAESB
Realização de pesquisa de opinião com coleta de dados sobre a satisfação dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário realizados pela Caesb no DF. Público Alvo: amostragem de cada RA.	Primeiro semestre	SAE <sup>11</sup> -ACI/ADASA
Ações setorizadas por RA, conforme resultado de pesquisa. Poderão incluir palestras, oficinas, entrega de panfletos e folders informativos, com dados e referências sobre o uso de água, ações com os programas 'ADASA na Escola' e 'ADASA Móvel', entre outras. Público alvo: especialmente as RA que apresentem resultado mais crítico.	Durante todo o ano, conforme disponibilidade das RAs.	ACI-SAE-SPE <sup>12</sup> /ADASA
<p>Observações: Anualmente, a ADASA realiza pesquisa junto à comunidade, mediante contrato gerenciado pela Superintendência de Água e Esgoto, com objetivo de obter dados e informações sobre o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário no DF. Nessa pesquisa, cuja próxima edição se dará no início de 2017, serão incluídas questões alusivas ao uso racional da água. A partir dessa coleta, em conjunto com dados estatísticos sobre consumo fornecidos pela CAESB, e com o monitoramento constante realizado pela Adasa, será possível mensurar os principais problemas e situações específicas ocorridos em cada região administrativa de Brasília, que orientará as ações setorizadas (item 5). As maiores campanhas publicitárias da Adasa se resumem as elencadas nos itens 1, 2 e 3 que, devido ao alto custo de produção, execução e veiculação, são direcionadas a toda população do DF e ocorrem anualmente conforme cronograma. O efeito dessas ações setorizadas, bem como das campanhas publicitárias, poderá ser medido mediante a pesquisa anual.</p>		

<sup>8</sup> Referentes ao ano de 2016.<sup>9</sup> ACI – Assessoria de Comunicação, Eventos e Imprensa.<sup>10</sup> CAC - Superintendência de Comercialização.<sup>11</sup> SAE – Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto.<sup>12</sup> SPE - Superintendência de Planejamento e Programas Especiais.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## **Análise**

16. Nota-se que os jurisdicionados vem adotando medidas para garantir o cumprimento ao determinado por esta Corte, uma vez que foram informadas as ações e campanhas voltadas à população com o intuito de conscientização do uso racional da água, sendo definido, ainda, indicadores e metas para mensuração das campanhas. Assim, deve-se considerar cumprido o item **II.b.3** da Decisão nº 2.514/16, que determinou aos órgãos o envio de plano de ação para implementação das medidas.

17. Todavia, o alcance e efetivo cumprimento do estabelecido no **II.a.1** no *decisum* só poderá ser avaliado ao final do período delimitado, ou seja, ao final do ano de 2016. Assim, a matéria será incluída em futuro monitoramento para avaliar a efetiva implementação da deliberação.

### **Item II.a.2 da Decisão nº 2.514/16 (Caesb e Adasa)**

*“de forma conjunta, realizem estudo de viabilidade com a finalidade de propor alterações na Lei n.º 4.383/2009, de forma a estipular a responsabilidade da concessionária pelas medições individuais em todas as unidades residenciais, ressaltando os casos previstos na Lei n.º 3.557/2005, quando seja comprovadamente inviável, técnica e economicamente, a instalação de hidrômetros individualizados, ou propor medidas que visem estimular o uso da fatura individualizada, de modo a contribuir para o uso racional da água.”*

## **Contextualização**

18. O Achado 2 do Relatório de Auditoria apontou a inaplicabilidade dos Programas de Incentivo aos condôminos que optaram pelo modelo alternativo de hidrometração individual, uma vez que a Concessionária não realiza a medição desse tipo de hidrômetro para cada unidade residencial.

19. A Lei nº 3.557/2005, com alterações introduzidas pela Lei nº 4.383/2009<sup>13</sup>, tornou obrigatória a individualização de hidrômetro no âmbito dos condomínios residenciais. No entanto, facultou ao condomínio, ou ao empreendedor, a utilização de modelo alternativo de hidrometração, “*em que o serviço de leitura e*

---

<sup>13</sup> “Art. 3º .....

§ 1º O condomínio ou empreendedor poderá optar pelo modelo de hidrometração normatizado pela concessionária, ou por outro modelo tecnológico de hidrometração individualizada em que o serviço de leitura e rateio da fatura seja feito pelo próprio condomínio.

§ 2º No caso de opção pelo procedimento alternativo, a responsabilidade pela manutenção, fiscalização e cobrança efetuada pela concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ficará adstrita ao medidor principal.” (Grifamos)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

*rateio da fatura seja feito pelo próprio condomínio”.*

20. Noutro giro, destacou-se a edição da Lei nº 4.341/2009<sup>14</sup>, que estipula um benefício de “bônus desconto”, no percentual de 20%, calculado sobre a economia verificada em determinado momento.

21. Todavia, conforme exposto no citado relatório, a ausência de medição, por parte da Caesb, não garante a cobrança referente a cada unidade consumidora, não apresentando qualquer estímulo ao uso racional, tornando-se, ainda, inócua a Lei nº 4.341/2009 (Bônus desconto), uma vez que não será possível aferir a eventual economia realizada individualmente.

**Manifestação da Caesb (e-doc D43DA492-c, fls. 18 a 20)**

22. Em atendimento ao determinado, a Caesb, após rápida explanação sobre a instituição da medição individualizada, concorda que, de fato, faz-se necessária a revisão dos critérios adotados na implantação desse sistema, incorporando novas tecnologias, com a finalidade de melhorar a operacionalização e o faturamento de forma individual.

23. Com esse objetivo, criou-se um grupo de trabalho que vem estudando o modelo de apuração por telemetria, já implantados em São Paulo e Minas Gerais.

24. Destaca a necessidade de revisão da norma atualmente vigente (Lei nº 4.383/09), para que se defina a responsabilidade pelos hidrômetros e que se possibilite a leitura e monitoramento do consumo de forma remota.

25. Aduz ser necessária, ainda, alteração dos critérios de individualização definidos na Nota Técnica da Caesb e na Resolução nº 015/2011-ADASA.

26. Informa que esta revisão já vem sendo realizada pela Empresa, de forma conjunta com a ADASA, conforme cronograma apresentado a seguir:

Ações	Data prevista para implantação	Unidade/Setor Responsável
Processamento dos dados das Ligações Individualizadas (concluída)	02/05/16 a 16/05/16	CAC <sup>15</sup> /CAESB
Diagnóstico Atual das Ligações Individualizadas	16/05/16 a 06/06/16	CAC/CAESB

<sup>14</sup> “§1º A economia será calculada tomando-se por base o volume de água faturado no mês, em comparação com o volume faturado no mesmo mês do ano anterior.

§2º O bônus de 20% (vinte por cento), calculado sobre a economia verificada, será registrado na fatura do mês seguinte e acumulado mensalmente até o final do ano civil, quando, então, o total obtido será convertido em moeda corrente, tomando-se por base a tarifa inicial da categoria em que a unidade consumidora estiver enquadrada, devendo o valor resultante ser restituído ao consumidor, por meio de abatimento no valor de sua conta de água.”

<sup>15</sup> CAC - Superintendência de Comercialização.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

(concluída)		
Levantamento dos aspectos legais sobre Ligações Individualizadas (concluída)	30/05/16 a 13/06/16	CAC/CAESB
Processamento dos dados dos litígios judiciais das Ligações Individualizadas (concluída)	13/06/16 a 20/06/16	PRJ <sup>16</sup> / CAESB
Diagnóstico Atual dos Litígios Judiciais das Ligações Individualizadas (concluída)	20/06/16 a 04/07/16	PRJ / CAESB
Reavaliação da Nota Técnica Comercial sobre Ligações Individualizadas	04/07/16 a 25/07/16	CAC/CAESB
Discussão da Nota Técnica com a ADASA	25/07/16 a 19/08/16	CAC e PRM <sup>17</sup> /CAESB e SAE/ADASA
Proposta de Alteração da Resolução nº 5/2011-ADASA	25/07/16 a 19/08/16	CAC e PRM/CAESB e SAE/ADASA
Implantação de Projeto Piloto de acordo com Nota Técnica Revisada	19/06/16 a 24/03/17	CAC e PRM/CAESB e SAE/ADASA
Negociação com ADASA para alteração da Resolução nº 15/2011 – ADASA	27/03/17 a 20/04/17	PPM e CAC/ CAESB
Envio formal das contribuições para revisão de Resolução nº 15/2011-ADASA	24/04/2017 a 26/4/17	PRM/CAESB

**Manifestação da Agência Reguladora – ADASA (e-doc 52BC9327-c)**

27. Em resposta ao presente item, a Agência Reguladora encaminhou o mesmo cronograma disponibilizado pela Caesb, sem tecer maiores considerações.

**Análise**

28. Pelo exposto, nota-se que as ações conjuntas empreendidas pelas Jurisdicionadas visam ao cumprimento da determinação exarada por esta Corte. Assim, deve-se considerar cumprido o item **II.b.3** da Decisão nº 2.514/16, que determinou aos órgãos o envio de plano de ação para implementação das medidas.

29. Contudo, como o cronograma de ações prevê a conclusão dessas em 2017, somente será possível a verificação da integralidade da implantação das medidas determinadas no item **II.a.2** ao final do prazo estipulado, o que será avaliado em futuro monitoramento.

---

<sup>16</sup> PRJ - Procuradoria Jurídica.

<sup>17</sup> PRM - Assessoria de Planejamento, Regulação e Modernização Empresarial.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

**II-b.1 da Decisão nº 2.514/16 (Caesb)**

*“atualize o Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal, de modo a permitir diagnóstico sobre a situação de produção e consumo de água no âmbito do Distrito Federal, e apresentar de forma consolidada o conjunto de intervenções, melhorias e ampliações que deverão nortear as ações a serem implementadas no sistema, objetivando o atendimento adequado da população para as próximas décadas”*

**Contextualização**

30. Conforme destacou-se no trabalho de auditoria, a CAESB utiliza o **Plano Diretor de Água e Esgoto do Distrito Federal**, elaborado no período de 07/11/2005 a 28/07/2006<sup>18</sup>, como instrumento de planejamento para suas ações voltadas ao atendimento das necessidades de abastecimento de água no DF e na região do entorno.

31. É notório o crescimento da ocupação do Distrito Federal e entorno, ocorrido nos últimos anos, inclusive de forma desordenada, impactando tanto nos mananciais hídricos, quanto no aumento de consumo de água nas diversas regiões do DF.

32. Portanto, o fato de dez anos após a elaboração do Plano Diretor, a CAESB ainda não dispor de instrumento de planejamento atualizado, fica prejudicada a elaboração de um diagnóstico preciso sobre a situação de abastecimento e consumo de água no âmbito do Distrito Federal, essencial para o planejamento de ações necessárias a garantir o fornecimento à população local.

**Manifestação da Caesb (e-doc D43DA492-c, fls. 20 a 22.)**

33. A Companhia informou que, por descumprimento dos prazos contratuais, ajuizou ação para rescisão do antigo contrato firmado para realização do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal – PDAE/DF.

34. Neste íterim, foi contratada, pelo Governo do Distrito Federal, consultoria especializada para apoiar a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico do Distrito Federal – PDSB<sup>19</sup>, documento que irá subsidiar o citado PDAE.

35. Sobre o plano de saneamento, assim discorreu:

***“A contratação, concluída no início de 2016, tem por objetivo dotar o gestor público distrital de instrumento de planejamento de curto, médio e longo prazo, de forma a atender as necessidades presentes***

---

18 Carta nº 26086/2014-PRA (e-doc 476FFE06).

19 Exigência da Lei Federal nº 11.445/07 e requisito para obtenção de recursos federais para obras de saneamento.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

*e futuras de infraestrutura sanitária do Distrito Federal. Busca, ainda, preservar a saúde pública e as condições de salubridade para o habitat humano, bem como priorizar a participação da sociedade na gestão dos serviços. O acompanhamento deste trabalho engloba todos as empresas e instituições relacionadas ao setor de saneamento, bem como os órgãos do governo do Distrito Federal.*

*O PDSB é, portanto, o **instrumento maior do planejamento de governo dos serviços de abastecimento de água**, esgotamento sanitário, drenagem pluvial e resíduos sólidos. Este Plano definirá todas os aspectos referentes ao diagnóstico da situação de produção e consumo de água no âmbito do Distrito, intervenções, melhorias e ampliações que deverão ser implementadas no sistema para atendimento futuro da população, prognósticos, condicionantes, diretrizes, objetivos, metas, enfim todos os requisitos necessários para o adequado planejamento do setor de saneamento.”*

## **Análise**

36. As medidas adotadas pela Caesb vêm ao encontro do determinado pela Decisão nº 2.514/16. A revisão do PDAE encontra-se condicionada à finalização do PDSB, prevista para 22/11/2016. Desta forma, somente após esta data a Companhia poderá realizar um cronograma voltado à elaboração/revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal – PDAE/DF.

37. Assim, em que pese não ter sido apresentado um plano de ação contendo cronograma das ações a serem realizadas, é forçoso reconhecer que o jurisdicionado atendeu a finalidade primordial, qual seja, ter iniciado ações com vistas a dotar o Distrito Federal de um instrumento de planejamento governamental acerca dos serviços de abastecimento de água. Portanto, relevando a falha apontada, tem-se como cumprida a diligência objeto do item **II.b.3** do aludido *decisum*, sem prejuízo de incluir a matéria em futuro monitoramento para avaliar a efetiva implementação da deliberação.

### **II-b.2 da Decisão nº 2.514/16 (Caesb)**

*“elabore cronograma atualizado das obras de implantação dos novos sistemas produtores”*

## **Contextualização**

38. Conforme apontado na auditoria, frente ao crescimento populacional do Distrito Federal, faz-se premente a necessidade de investimento em novas fontes de captação nos próximos 03 (três) anos, visando suprir a demanda atual e futura.

39. Nesse sentido, a Empresa pretende realizar a implantação de novos sistemas produtores: o Sistema Produtor Corumbá, o Sistema Produtor Paranoá e o Sub-Sistema Produtor Bananal.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE AUDITORIA

TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

40. No entanto, confrontando o prazo das etapas inicialmente previstas<sup>20</sup>, com o cronograma avaliado no momento dos trabalhos de auditoria, referente às etapas de cada sistema produtor<sup>21</sup>, observou-se que as fases de implantação se encontravam em atraso, o que impossibilitaria a conclusão nos prazos inicialmente projetados.

**Manifestação da Caesb (e-doc D43DA492, fls. 23 a 24.)**

41. Em obediência à decisão, a empresa apresentou o seguinte cronograma de execução dos novos sistemas produtores:

Contrato de Financiamento/Termo de Compromisso	Sistema	Empreendimento	Início da Obra	Término da Obra	Total do investimento (Principal R\$)	Percentual de Execução (%)
162.305-84	Corumbá	Implantação da Estação de Tratamento do Sistema Produtor de Água do Rio Corumbá.	maio/2014	dezembro/2017	107.604.595,76	46,59
		Eletricidade e Automação da Estação de Tratamento do Sistema Produtor de Água do Rio Corumbá	setembro/2015	setembro/2017	10.794.766,54	4,44
		Reservatório Apoiado - ETA Corumbá.	outubro/2016	dezembro/2017	11.000.000,00	0,00
228.636-96 273.558-96		implantação da Adutora de Água Bruta do Sistema Corumbá	setembro/2016	junho/2017	20.220.330,04	0,00
		Estação Elevatória de Valparaíso e Adutora de Água Tratada 02	agosto/2016	julho/2018	34.722.991,73	0,00
		Subestações Seccionadora e Retificadora	outubro/2016	dezembro/2017	9.600.000,00	0,00
Subtotal 1					193.942.684,07	-
408.664-66	Paranoá	Sistema Produtor de Água do Paranoá - GRUPO 1.	março/2017	dezembro/2019	253.860.054,38	0,00
		Sistema Produtor de Água do Paranoá - GRUPO 2.	março/2017	novembro/2018	108.656.581,20	0,00
		Sistema Produtor de Água do Paranoá - GRUPO 3.	março/2017	outubro/2018	24.098.299,14	0,00
		Sistema Produtor de Água do Paranoá - GRUPO 4.	março/2017	fevereiro/2019	62.317.350,48	0,00
		Sistema Produtor de Água do Paranoá - GRUPO 5.	março/2017	outubro/2017	20.592.713,00	0,00
	Subtotal 2				469.524.998,20	-
	Bananal	Implantação do Subsistema de Abastecimento de	setembro/2016	fevereiro/2018	18.705.874,27	-

<sup>20</sup> Apresentou-se a previsão de conclusão das obras: Corumbá – julho/2016; Paranoá – julho/2016 e Bananal – Dezembro/2015.

<sup>21</sup> Resposta à Nota de Auditoria 6 – e-doc 12206C19; e-doc 1CFE71C2.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

		Água do Ribeiro Bananal.				
		Subtotal 3			18.705.874,27	-
		Total			682.173.556,54	-

## Análise

42. Destaca-se, deste novo cronograma apresentado, que os sistemas Paranoá e Bananal ainda não tiveram quaisquer trabalhos de implantação iniciados, mas apresentam previsões de finalização em dezembro de 2019 e fevereiro de 2018, respectivamente.

43. No que concerne ao *decisum* em apreço, o envio do Cronograma contempla o determinado por esta Corte por intermédio do item **II.b.2** da Decisão nº 2.514/16. No entanto, a importância do tema demanda um acompanhamento mais aprofundado, devendo a verificação do cumprimento dos prazos estipulados ser verificado no monitoramento da auditoria a ser realizado.

### II-b.3 da Decisão nº 2.514/16 (Caesb)

*“elabore e remeta a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas constantes das subalíneas a.1, a.2 e b.1 retro, contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução, nos moldes constantes do Anexo I do Relatório Final de Auditoria Operacional n.º 1.0011.15”*

## Análise

44. Conforme análise retro, tem-se como atendido o item acima, visto que as ações apresentadas se mostram razoáveis e aptas a permitir o futuro monitoramento do cumprimento do *decisum*.

### II-c.1 da Decisão nº 2.514/16 (Adasa)

*“realize estudo de viabilidade com a finalidade de propor a redução dos prazos máximos de atendimento aos serviços realizados pela Caesb, especificamente aos que resultem em vazamento de água, levando em consideração o disposto na Lei n.º 5.618/2016, estipulando, inclusive, o tempo de espera pelo usuário desde a abertura do chamado até o início da execução”*

## Contextualização

45. Cabe relembrar que o tema foi tratado no Achado 4 do Relatório Final de Auditoria (‘Elevado tempo de atendimento aos chamados’)<sup>22</sup>. Ao apresentar as

<sup>22</sup> e-doc E30F5C97 (fls. 51/59)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

análises e evidências do referido achado, a equipe apontou que os prazos de atendimentos aos chamados para reparo de serviços na rede de distribuição, embora não extrapolassem o estabelecido na citada Resolução ADASA nº 14/2011, poderiam ser considerados elevados.

46. No citado relatório, observou-se, especialmente nos problemas relacionados a vazamentos na rede, com a consequente perda de água, um **elevado tempo de espera, compreendido entre a abertura do chamado de manutenção e o efetivo deslocamento da equipe de reparo ao local.**

47. Para ilustrar, trazemos alguns serviços realizados no mês de maio/2015, onde constatou-se esse lapso temporal<sup>23</sup>:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TEMPO DE ATENDIMENTO (a) (horas)	TEMPO DE EXECUÇÃO (b) (horas)	TEMPO DE ESPERA (c) = a - b (horas)
CONS. REDE PVC 60 A 110 S/PAV	16 hs 50 min.	27 min.	16 hs 23 min.
CONCERTO DE CAVALETE E REGISTRO, EXCETO DE FERRO FUNDIDO	22 hs 54 min.	26 min.	22 hs 28 min.
CONCERTO EM TUBULAÇÃO DE ÁGUA, EXCETO FERRO FUNDIDO E POLIETILENO	32 hs 3 min.	1 h 19 min.	30 hs 44 min.
CONCERTO EM TUBULAÇÃO DE ÁGUA, POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD)	30 hs 16 min.	1 h 15 min.	29 hs 1 min.
CONCERTO RAMAL PREDIAL AGUA	24 hs 14 min.	1 h 6 min.	23 hs 8 min.

48. Observa-se, nos exemplos acima, o longo período de espera para execução de serviços que são resolvidos em um curto espaço de tempo. Em um dos casos, aguardou-se, aproximadamente, 22 horas e meia, para a realização de um serviço que foi solucionado em 26 minutos.

49. No entanto, as considerações da Agência, em resposta ao Relatório Final de Auditoria, não contemplaram o fato de haver um tempo de espera excessivo entre a abertura do chamado e a chegada da equipe de manutenção ao local.

#### **Manifestação da Agência Reguladora - ADASA - (e-doc 52BC9327-c, fl. 4)**

50. Nesta oportunidade, em atenção à determinação contida no item II.c.1 da Decisão nº 2.514/16, a Agência Reguladora aduz que a Resolução ADASA nº 14/2011, que estabelece os tipos de vazamentos e os prazos máximos para tempo de espera pelo usuário e execução da obra (em horas úteis), ao prever prazos mais restritivos que a Lei nº 5.618/16<sup>24</sup>, já atende ao determinado por esta Corte.

<sup>23</sup> Apenas exemplificativo.

<sup>24</sup> Estabelece medidas de emergência para a redução do desperdício de água no Distrito Federal.

**Art. 1º** Sempre que seja notificada da existência de vazamentos de água, a concessionária de serviços públicos responsável pelo abastecimento é obrigada a efetuar a reparação no prazo máximo de 48 horas.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

## **Análise**

51. Novamente, na presente documentação, não houve quaisquer ações voltadas à redução do tempo de espera apontado como excessivo, amparando-se a Jurisdicionada na Edição da Resolução nº 14/2011 que, nos termos informados, estipula prazos mais rígidos que os previstos na Lei nº 5.618/16. Todavia, reitera-se que as constatações da equipe de auditoria foram apontadas observando exatamente os prazos estipulados pela resolução em comento.

52. A redução de perdas na rede de distribuição é essencial frente à necessidade de se preservar os recursos hídricos. Por conseguinte, a celeridade na realização de reparos na rede de distribuição, mormente nos serviços referentes a vazamentos, faz-se extremamente necessária. Aliás, torna-se pertinente ressaltar que a situação hídrica atual é bem diferente da época em que foi editada a mencionada Resolução.

53. É conhecimento de todos que o cenário atual é de preocupação, exigindo a adoção de todas as medidas possíveis para otimizar o uso do recurso. Aliás, em tempos de crise hídrica, que pode levar a um racionamento nunca vivido na história da capital, é essencial que o poder público também faça a sua parte.

54. Dessa forma, de forma a reduzir o percentual de perdas de água na rede de distribuição, entendemos pertinente que a Agência avalie a possibilidade de redução nos prazos para a execução dos serviços (Resolução nº 14/2011), estipulando, inclusive, o tempo máximo aceitável desde a abertura do chamado até o início da execução.

55. Nesse sentido, diante da ausência de medidas que atendam ao *decisum*, sugerimos que o referido item seja reiterado à Adasa.

### **II-c.2 da Decisão nº 2.514/16 (Adasa)**

*“acompanhe a revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal a ser conduzida pela Caesb”*

## **Contextualização**

56. Como já descrito na análise do cumprimento do item II.b.1, o Plano Diretor de Água e Esgoto do Distrito Federal foi elaborado no período de 07/11/2005 a 28/07/2006. Portanto, a Caesb não dispõe de um instrumento de planejamento atualizado à situação do Distrito Federal.

57. Nesse sentido, entendeu-se que a ADASA, diante de suas atribuições de Agência Reguladora, deveria acompanhar a revisão do Plano ora em vigência.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

**Manifestação da Agência Reguladora - ADASA - (e-doc 52BC9327-c, fl. 4)**

58. A Agência informou que oficiará a Caesb para que, a partir da publicação do Plano Distrital de Saneamento Básico do Distrito Federal – PDSB, informe sobre o cronograma de revisão do Plano Diretor de Águas e Esgoto do Distrito Federal.

59. Na mesma toada da análise precedente, acredita-se que embora a manifestação apresentada pela ADASA não demonstre o atendimento ao determinado por esta Corte, o impedimento ocorreu por motivos alheios à Jurisdicionada. Conforme informado pela CAESB, as ações do PDSB devem ser iniciadas apenas após a data prevista de 22/11/2016. Assim, neste momento, somos apenas pelo conhecimento das informações, sem prejuízo de incluir a matéria em futuro monitoramento para avaliar a efetiva implementação da deliberação.

**II-c.3 da Decisão nº 2.514/16 (Adasa)**

*“elabore e remeta a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, Plano de Ação com objetivo de implantar as medidas constantes das subalíneas a.1, a.2 e c.1 retro contendo cronograma de ações completo, bem como mapeamento da sequência de procedimentos que serão executados constando prazo e a unidade/setor responsável pela execução, nos moldes constantes do Anexo II do Relatório Final de Auditoria Operacional n.º 1.0011.15”*

**Manifestação da Agência Reguladora (ADASA)**

60. A ADASA, em resposta ao determinado pela Corte, encaminhou o Plano de Ação para cumprimento das determinações constantes da Decisão nº 2.514/16, constando os prazos e ações já informados na análise dos itens precedente, razão pela qual deve ser considerado cumprido o item. O fiel cumprimento do plano em tela deverá ser apreciado no posterior monitoramento da auditoria.

61. Neste ponto, cabe apenas lembrar a ressalva quanto ao disposto no item II.c.1, que entendemos não cumprido pela Agência.

**III. da Decisão nº 2.514/16**

*“recomende à ADASA que verifique a viabilidade de fixar nas revisões periódicas vindouras do Contrato de Concessão n.º 001/2006-ADASA que os valores de índices máximos de perdas de água no sistema produtor e distribuidor de água do Distrito Federal sejam definidos em percentuais segregados para os diferentes tipos de perdas, quais sejam, reais ou físicas e aparentes ou não físicas”*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

### Contextualização

62. Ao examinar o Balanço Hídrico 2014 – período 11/2013 a 10/2014 - apresentado pela CAESB<sup>25</sup>, destacou-se que volume de perdas de água ficou em 28,37% do total produzido.

63. Registra-se que as perdas de água são registradas em dois tipos: reais e aparentes.

64. As **perdas aparentes**, também chamadas de não físicas, estão relacionadas ao volume de água que foi efetivamente consumido pelo usuário, mas que, por algum motivo, não foi medido ou contabilizado, gerando perda de faturamento ao prestador de serviços.

65. São falhas decorrentes de erros de medição (hidrômetros inoperantes ou com submedição, erros de leitura, fraudes, equívocos na calibração dos hidrômetros), ligações clandestinas, *by pass* irregulares nos ramais das ligações (conhecidos como gatos), falhas no cadastro comercial, etc.

66. Já as **perdas reais**, também conhecidas como físicas, referem-se a toda água disponibilizada para distribuição que não chega aos consumidores. **Essas perdas acontecem por vazamentos em adutoras, redes, ramais, conexões, reservatórios e outras unidades operacionais do sistema. Compreendem principalmente os vazamentos em tubulações da rede de distribuição.**

67. Conforme apontado no Relatório Final de Auditoria, o volume de perdas reais representa **16,17% do total de água produzida e 57% do total de perdas de água da Companhia.**

68. Considerando ser este tipo de perda a responsável pelo maior desperdício de água produzida, entende-se pertinente que, ao se definir um percentual máximo de perda, sejam discriminados por cada tipo, separando entre os níveis aceitáveis para as reais e as aparentes.

### Manifestação da Agência Reguladora (ADASA)

69. A Jurisdicionada não apresentou quaisquer esclarecimentos acerca da recomendação em tela.

70. Ao apresentar as manifestações em relação ao Achado 3 – Ausência de metas de redução de perdas estabelecidas pela Agência Reguladora – do Relatório Prévio de Auditoria, a Caesb destacou que estão em andamento diversos projetos, com os quais será possível identificar melhor as perdas reais e aparentes, de forma a propiciar um melhor entendimento de cada parcela.

---

<sup>25</sup> Memorando nº 14783/2015 – Resposta NA 05/2015 – e-doc C228A64D.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

71. Portanto, conforme informado pela Concessionária, os projetos realizados possibilitarão a identificação dos tipos de perdas, não havendo óbice para que sejam tratadas de forma isolada, cabendo à Agência Reguladora que, ao fixar os índices máximos, defina percentuais diferenciados para cada tipo, de modo a permitir o monitoramento desses indicadores.

72. Ressalta-se que a medida em comento também está inserida no contexto de otimização do uso do recurso, cujo período de escassez exige todas as medidas para redução do desperdício.

73. Assim, diante da omissão do jurisdicionado acerca da recomendação em tela, propõe-se sua reiteração.

## II – Considerações e Sugestões

74. Diante das manifestações e do Plano de Ação apresentados pelos Jurisdicionados, entendemos que as ações previstas/implementadas visam o atendimento do determinado por esta Corte na Decisão nº 2.514/16. Todavia, alguns pontos ainda merecem considerações por parte deste Eg. Tribunal.

75. Em relação ao item II.c.1 do citado Decisum, a resposta da ADASA não contemplou o fato de haver um tempo de espera excessivo entre a abertura do chamado e a chegada da equipe de manutenção ao local, limitando-se a informar que a Resolução nº 14/2011 prevê prazos mais restritivos que a Lei nº 5.618/16.

76. Neste sentido, sugerimos que seja reiterado à ADASA o teor do item II.c.1 da Decisão nº 2.514/16, determinando a Agência Reguladora que realize estudo de viabilidade com a finalidade de propor a redução dos prazos máximos de atendimento aos serviços realizados pela Caesb estabelecidos pela Resolução ADASA nº 14/2011, especificamente aos que resultem em vazamento de água, estipulando, inclusive, o tempo de espera pelo usuário desde a abertura do chamado até o início da execução.

77. Ressentimos, ainda, de uma resposta, por parte da ADASA, à recomendação apresentada no item III da decisão em apreço, razão pela qual, entendemos que se deve reiterar à Agência Reguladora a sugestão apresentada.

78. Ademais, cabe lembrar a recente situação crítica de escassez hídrica que atingiu o Distrito Federal, sendo declarado, pela ADASA, estado de alerta, destacando que o “*principal reservatório de abastecimento de Brasília, Barragem do Rio Descoberto, atingiu o mais baixo nível da história de sua capacidade*” no dia 16 de setembro<sup>26</sup>.

79. Tal fato, amplamente divulgado na mídia<sup>27</sup>, ocasionou um

---

<sup>26</sup> [http://www.ADASA.df.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1668](http://www.ADASA.df.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1668)

<sup>27</sup> e-doc B57F1AD0



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

acionamento em determinadas regiões do Distrito Federal, demonstrando a urgente necessidade, tanto de campanhas educativas, quanto de ações efetivas que visem a redução de consumo e a ampliação a capacidade de produção de água para abastecimento distrital.

80. Por fim, considerando que as ações dos planos apresentados pela jurisdicionadas possuem previsão de finalização para o primeiro semestre de 2017<sup>28</sup>, sugerimos que seja autorizado o monitoramento oportuno das atividades, momento em que também será avaliado o cumprimento do cronograma de implantação dos novos sistemas produtores.

81. Diante do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da documentação apresentada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB (e-doc D43DA492-C) e pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA (e-doc 52BC9327);
- II. considerar:
  - a. cumpridas as determinações contidas nos itens II.b.2, II.b.3, II.c.3, exceto quanto ao item c.1, da Decisão nº 2.514/2016;
  - b. não atendido o contido nos item II.c.1 e III do *decisum* em tela.
- III. reiterar à Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA:
  - a. o item II.c.1 da Decisão nº 2.514/16, determinando a realização de estudo de viabilidade com a finalidade de propor a redução dos prazos máximos de atendimento aos serviços realizados pela Caesb estabelecidos pela Resolução ADASA nº 14/2011, especificamente aos que resultem em vazamento de água, estipulando, inclusive, o tempo de espera pelo usuário desde a abertura do chamado até o início da execução;
  - b. o item III da Decisão retro, recomendando que seja verificada a viabilidade de fixar, nas revisões periódicas vindouras do Contrato de Concessão n.º 001/2006-ADASA, índices máximos de perdas de água no sistema produtor e distribuidor de água do Distrito Federal, definindo percentuais segregados para os diferentes tipos de perdas, quais sejam, reais ou físicas e

---

<sup>28</sup> Exceção das obras dos novos sistemas produtores.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE AUDITORIA  
TERCEIRA DIVISÃO DE AUDITORIA

- aparentes ou não físicas;
- IV. informar à Caesb e à Adasa que o efetivo cumprimento das medidas objeto da Decisão nº 2.514/16 será avaliado em futuro monitoramento deste Tribunal;
- V. autorize:
- a. a realização de monitoramento das atividades previstas, para 2017, momento em que também será avaliado o cumprimento do cronograma de implantação dos novos sistemas produtores;
  - b. a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria para as providências pertinentes.

À consideração superior.

Mário Augusto de Oliveira Neto  
Auditor de Controle Externo – 1323-4

Carlos Augusto Lopes Barbosa  
Auditor de Controle Externo – 472-3